

DEMANDAS DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

Os representantes dos conselhos profissionais de Santa Catarina, ligados à Ascop/SC (Associação dos Conselhos Profissionais), vêm a público deixar registradas as demandas urgentes e importantes para que os próximos governantes e legisladores possam incluir em seus planos de trabalho.

Somos dezoito conselhos de profissões regulamentadas – Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Contabilidade, Corretores de Imóveis, Direito, Economia, Educação Física, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Química e Representantes Comerciais – que totalizam mais de 200 mil profissionais registrados no Estado. Para garantir a qualificação nas gestões e a melhoria dos serviços para toda a população, defendemos:

1 – Financiamento duradouro, justo e adequado às áreas essenciais. Portanto, queremos o compromisso dos elegíveis com uma posição pública contrária em relação às medidas Fiscais e econômicas, em especial, à Emenda Constitucional 95/2016 do “teto de gastos”, que congela por 20 anos os gastos em saúde e educação e outras áreas.

2 - Defesa do SUS e contrários(as) aos ataques promovidos por iniciativas como: o rompimento com a universalidade e integralidade, por meio dos “planos de saúde populares”, a desestruturação da atenção básica, a fragilização do acesso à saúde, o retrocesso na política de saúde mental e assistência farmacêutica, o enfraquecimento da regulação sanitária.

3 - Valorização dos(as) trabalhadores(as), combatendo a precarização e a terceirização, favorecendo a democratização das relações de trabalho.

4 – Busca constante pela qualificação dos serviços públicos, com pessoal capacitado e exigência de profissionais registrados em seus respectivos conselhos para respeitar a legislação do exercício profissional.

5 - Ações para ampliar a vinda de recursos para Santa Catarina, já que em 2017 fomos o 7^a o Estado em arrecadação de tributos Federais (R\$ 33 bilhões) e o 14^o em retorno destes tributos para o Governo do Estado e Municípios (R\$ 9 bilhões).

6 – Defesa dos cursos presenciais na área da saúde, com estágios e aulas práticas. Atenção ao tema e apoio à qualidade dos cursos de formação da área da saúde na modalidade presencial.

7 - Controle de medicação de uso veterinário em território catarinense. Trata-se de uma questão de saúde pública humana e veterinária, com graves prejuízos ao Estado, devido ao comércio descontrolado de antibióticos, anestésicos e

outros com finalidades entorpecentes.

8 - Número adequado de profissionais nas instituições de saúde, educação e segurança. O Governo do Estado mantém os maiores hospitais no território catarinense, as maiores escolas de ensino fundamental e médio e o principal aparato policial está sob o comando do Governo estadual. Os investimentos nestas áreas precisam atender o mínimo exigido na legislação para assegurar um atendimento de qualidade e seguro.

9 – Atenção ao Projeto de Lei referente à Odontologia Hospitalar, para garantir a obrigatoriedade de Cirurgiões-dentistas em Hospitais e desenvolvimento econômico sustentável (licitações) para privilegiar a contratação de serviços e produtos, preferencialmente de Santa Catarina.

10 - Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, configurada em Planos, Programas, Estratégias e Ações, a exemplo do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN juntamente com o Programa de Aquisição de Alimentos, com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, bem como das suas instâncias de controle social.

11 - Defendemos diretrizes mais claras sobre a ampliação e investimento para as bibliotecas do Estado, na medida em que as mesmas são um veículo fundamental de acesso à educação.

12 – Por fim, defendemos a simplificação dos serviços disponibilizados ao cidadão para abertura de empresas, trâmites burocráticos e outros. Em várias situações, o Cidadão tem que ir a vários locais diferentes para solicitar serviços públicos (Licenças, Alvarás, CNH, RG, etc.).

Assinam os conselhos